



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
GABINETE DO PREFEITO



Uma Frontin para todos

MENSAGEM Nº 058 /2021.


EXMO. SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 058 /2021, que autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.

Desta forma, na procura da legitimidade e esmero de nossos trabalhos, encaminhamos o presente projeto de lei, para apreciação, discussão e votação, por parte desta egrégia Câmara.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de estima e distinta consideração.

Eng. Paulo de Frontin, 09 de setembro de 2021.


JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1850 de 20/9/21

Livro nº 04 de 65/20

ASS. 

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

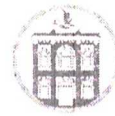
Recebido em 20/09/2021

Hora: 16:23

ASS. 



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN
GABINETE DO PREFEITO



ENGENHEIRO
PAULO DE FRONTIN
PREFEITURA

Uma Frontin para todos

PROJETO DE LEI Nº 058 DE 09 DE SETEMBRO DE 2021

“Autoriza o Poder Executivo do Município de Engenheiro Paulo de Frontin a firmar Convênio com a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN aprova e eu, José Emmanoel Rodrigues Artemenko, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte,

LEI MUNICIPAL:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro pelo período de até 10 (dez) anos.

Art. 2º. Visando à consecução do convênio, caberá a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, as seguintes contrapartidas, não financeiras:
I – Cessão de uso de terrenos e imóveis, pertencentes a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e de suas Escolas, no território do Município de Engenheiro Paulo de Frontin.

Art. 3º. Visando à consecução do convênio, caberá a Prefeitura do Município de Engenheiro Paulo de Frontin, as seguintes contrapartidas, não financeiras:
I – Prestação de 20 (vinte) horas/mês não cumulativos de trabalhos de máquinas em áreas que permanecerem na posse da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, no território do Município de Engenheiro Paulo de Frontin.

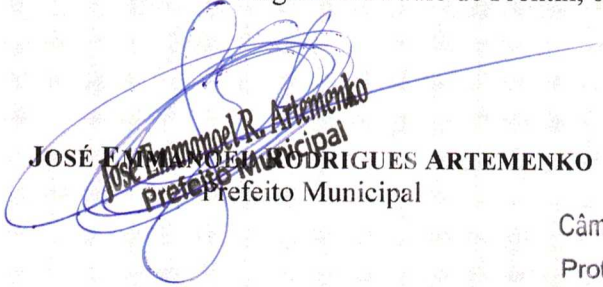
Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Parágrafo Único: Fica autorizado ao Poder Executivo, se for necessário, alterar a LOA, LDO e o PPA, para a fiel consecução da autorização ora aprovada.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo, autorizado a regulamentar qualquer dispositivo desta Lei.

Art. 6º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogandose as disposições em contrário.

Engenheiro Paulo de Frontin, 09 de setembro de 2021.


JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 880 2019/21

Livro nº 84 FF 67/20

ASS. 



PARECER:

CONSULTA:

Trata-se de consulta formulada acerca do projeto de lei nº 058/2021, de autoria do Executivo, sobre autorização para firmar Convênio com a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, com escopo de auxílio mútuo nas ações que estabelece.

FUNDAMENTAÇÃO:

Temos que tal autorização é despicienda, não carecendo o Executivo de autorização legislativa para tal objeto.

Estipulou-se, então, o presente Convênio entre as partes, com o objetivo de se admitir esforços conjuntos entre os convenientes, dentro de planos de ação previamente estipulados pela mesma.

Não haveria que se falar em Contrato de Gestão ou Termo de Parceria, muito embora a conveniada se enquadre como Instituição com fim específico e atue dentro das possibilidades vislumbradas pela Legislação.

Quanto aos possíveis objetos de convênios, o fato é que não existem regras limitadoras daqueles objetos, nem às metas, aos programas, às diretrizes, às ações governamentais ou aos desideratos mediata ou imediatamente pretendidos nos convênios de cooperação firmados entre os entes públicos reciprocamente, de qualquer natureza, ou entre entes públicos e entidades particulares.

Podem esses acordos envolver repasses de verbas.

Enquanto os contratos contrapõem os interesses de duas partes quanto ao objeto, nos convênios os interesses das partes convenientes se resumem a um só e ao mesmo, convergindo para um só objetivo.

Os contratos obrigam as partes, enquanto os convênios não as obrigam, apenas indicam a sua recíproca intenção de colaborar m algum assunto de interesse comum.

Nos convênios em que uma das partes é o poder público, somente o interesse público há de ser a meta ou a diretriz perseguida. Nada mais se exige do Poder Público para que celebre convênios: que possa demonstrar o atendimento e o prestigiamento do interesse público no convênio que celebre. Tal ocorre com o presente termo.

Ainda nesta toada, podemos dizer que não existem, como se diz, regras predeterminadas para orientar a formulação de termos de convênio, nem parâmetros constitucionais e legais a serem necessariamente observados. Não existem roteiros, modelos ou fórmulas necessárias, e cada instrumento poderá ser firmado com ampla liberdade formal, neste sentido defende Ivan Barbosa Rigolin com muita propriedade.

Para este doutrinador, e assim concordamos, “a Lei nº 8.666/93 nada tem com convênios, nem, como lei de licitações que é, jamais deveria ter falado desse assunto, como alegre e despreocupadamente fez, no art. 116. O art. 116 é um roteiro facultativo, um lembrete de possíveis conteúdos dos convênios – e, aliás, não contém novidade alguma, pois mesmo décadas antes de editada a lei os convênios já eram celebrados com base aproximada naquele roteiro mais do que natural.”

A lei em comento, no art. 116, manda aplicar a norma aos convênios “no que couber”, por acaso, da lei nada cabe, na medida em que não se licita convênio.

Nesta toada, o art. 118 desta manda que os municípios adaptem suas normas sobre licitações e sobre contratos aos termos da lei, porém jamais pretende que adaptem as normas sobre convênios.



O art. 1º fixa que esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, sem nunca mencionar convênios, no mesmo sentido, o art. 2º.

A C.F., nos seus arts. 21 e 24, em momento algum fixa competência à União para legislar sobre normas gerais de convênios.

No mesmo sentido, lei alguma pode fixar autorização legislativa para celebração de convênios de cooperação, sendo abundante a jurisprudência neste caminho.

Sendo assim, nada impede a presente celebração de convênio entre as partes para a atuação dentro do objeto reprogramado pelo presente projeto autorizativo, cf. estipulado pelo art. 2º, dentre outros, com o objetivo de se atender a metas pré-estabelecidas e segundo a justificativa do vertente projeto de lei autorizativa.

Sob outro viés, para aqueles que defendem a necessidade de licitar-se o objeto do presente convênio, aquele ato administrativo resta inviável pelas razões expostas infra.

Cumpra esclarecer que a prestação do serviço em comento visa somente à consecução do bem comum, não havendo interesses comerciais. Assim sendo, a forma correta de celebração desta relação jurídica é o Convênio, por tratar-se de acordo entre duas entidades para a realização de um objetivo de interesse público, comum entre os partícipes.

O convênio rege-se pela Lei nº 8.666/93, no que couber, como o próprio artigo 116 explicita:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

Quanto à escolha do prestador do serviço, esta se dá pela inexigibilidade prevista no *caput* do artigo 25 da Lei 8666/93, pois a Administração Pública tem o poder discricionário de escolher seus colaboradores quando ocorre a impossibilidade de competição, sendo oportuno colacionar as palavras do respeitado mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“[...] a inexigibilidade tratou do reconhecimento de que era inviável a competição entre ofertantes, seja porque só um fornecedor ou prestador de serviços possuía a aptidão para atender ao interesse público, seja porque fazia face às peculiaridades no objeto contratual pretendido pela Administração.”¹

Aduz o TCU que para configurar-se a inviabilidade de competição, é necessária a existência de um dos requisitos:

- 1º. Ausência de alternativas – quando existe uma única solução e um único particular em condições de executar a prestação.
- 2º. Ausência de “mercado concorrencial” – é inviável a competição porque a peculiaridade de mercado consiste na ausência de competição direta e frontal.
- 3º. Ausência de objetividade na seleção do objeto – se caracteriza, como regra pela impossibilidade de seleção segundo critérios objetivos. Existem diferentes alternativas, mas a natureza personalíssima da

¹ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação Direta Sem Licitação. 4 ed. 1999. Brasília: Ed. Brasília Jurídica. p. 405.



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

atuação do particular impede julgamento objetivo.

4º. Ausência de definição objetiva da prestação a ser executada – abrange contratações em que o particular assuma obrigação cujo conteúdo somente se definirá ao longo da própria execução.

Vislumbra-se que a hipótese em tela configura a inviabilidade de competição caracterizada pela ausência de alternativas em razão da natureza do serviço prestado, pois, não há outros prestadores que se configurem como ente público, sem fins lucrativos, com interesse em exercer a atividade em benefício da população.

O Decreto Federal 93.872, de 23 de dezembro de 1986, ainda em vigor, estabelece os trâmites relativos aos convênios utilizados como forma de descentralização da Administração Federal, a qual delegará, no todo ou em parte, a execução de programas, de características locais, a entidades ou órgãos estaduais ou municipais, encarregados de serviços semelhantes, desde que estejam devidamente aparelhados. Mas também, em caráter excepcional, poderá ocorrer o inverso, dando-se essa mútua cooperação, mediante convênio.

Este decreto que permanece incólume no que se conciliar com a legislação posterior e com a lei positiva vigente (no âmbito da Administração Federal), proclama que do convênio deverá constar um **PLANO DE TRABALHO** da entidade interessada, o qual será previamente aprovado pela Administração, e conterà, pelo menos, a identificação do objeto, as metas pretendidas, as etapas ou fases de execução, o plano de aplicação dos recursos financeiros, o cronograma de desembolso e a previsão de início e término da execução do convênio, assim como da conclusão das etapas ou fases programadas.

O convênio obedece às mesmas formalidades e requisitos, que a lei impõe aos contratos, destacando-se as cláusulas essenciais e o termo escrito, respeitadas as peculiaridades próprias.

A minuta será examinada e aprovada pela respectiva assessoria jurídica da Administração, nos moldes do parágrafo único do artigo 38.

Os convênios devem prever o prazo de duração, contudo podem ser denunciados a qualquer momento. Em caso de conclusão, extinção, denúncia ou rescisão, os saldos remanescentes, não só dos convênios, como também de quaisquer ajustes ou acordos, deverão ser devolvidos à entidade ou ao órgão repassador dos recursos, no prazo de trinta dias do fato, sob pena de instauração imediata de tomada de contas especial do responsável, a ser providenciada pela autoridade competente do órgão ou da entidade que repassou os recursos. O prazo é fatal, improrrogável.

O Tribunal de Contas da União é competente para fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, por meio de convênio, ajuste, acordo ou qualquer outro instrumento congênere, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, por determinação constitucional (artigo 71, VI).

Dispõe o projeto, ainda, sobre a obrigatoriedade de dotação orçamentária própria a ser criada para o concretização do objeto pretendido.

CONCLUSÃO:

Desta forma, opinamos pela possibilidade da aprovação do presente projeto de lei autorizativo, e do futuro estabelecimento do convênio em vista, já que a celebração de pactos como este é possível, desde que sejam obedecidas as normas constitucionais e legais pertinentes, especialmente as que cuidam do controle do repasse de bens, com a prestação de contas dentre outros requisitos insertos em suas cláusulas.

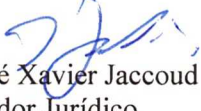
Este parecer é meramente opinativo, não vinculando o administrador que poderá atuar de forma diferente, desde que fundamentada, sob pena de improbidade.

É o parecer,



Estado do Rio de Janeiro
Município de Engenheiro Paulo de Frontin
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

S.M.J.
Eng. Paulo de Frontin, 27 setembro de 2021.


Maurício José Xavier Jaccoud
Procurador Jurídico

Andamento Processual

Processo nº CM 1850 Data 20/9/21

Origem EXECUTIVO Processo nº _____

Assunto AUTORIZA A FIRMAR CONVENIÃO Com A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Prazo	normal	Termino do Prazo
-------	--------	------------------

Despacho

Da Secretaria da Câmara para o PLENÁRIO Data: 23/ 9 / 21

Rubrica:

Recebido pela Mesa em / /

Da Mesa para: _____ Em: ____/____/____

Recebido pela Comissão em ____ / ____ / ____ Rubrica: _____

Convocada reunião da Comissão para: ____ / ____ / ____ às ____ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: / /

Da tramitação em Plenário: Andamento do Processo

1. The first part of the document is a list of names and their corresponding addresses. The names are listed in the first column, and the addresses are listed in the second column. The names are: John Doe, Jane Smith, and Bob Johnson. The addresses are: 123 Main St, 456 Elm St, and 789 Oak St.

2. The second part of the document is a table with two columns. The first column is labeled "Name" and the second column is labeled "Address". The table contains the following data:

Name	Address
John Doe	123 Main St
Jane Smith	456 Elm St
Bob Johnson	789 Oak St

3. The third part of the document is a list of names and their corresponding addresses. The names are listed in the first column, and the addresses are listed in the second column. The names are: John Doe, Jane Smith, and Bob Johnson. The addresses are: 123 Main St, 456 Elm St, and 789 Oak St.